



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 016/2026

Município de Ituaçu, com sede na Praça Barão do Sincorá, s/n, Centro, cidade de Ituaçu/BA, por intermédio do Pregoeiro Oficial, senhor Matheus Gonçalves Peixoto, nomeado pelo Decreto n.º 004/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 22/2023, de 21 de julho de 2023, Lei Complementar N° 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

- Data da sessão: 26/03/2026
- Horário: 09h30min
- Local: <https://bll.org.br/>
- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote
- Modo de disputa: Aberto
- Valor estimado: R\$ 965.360,56 (novecentos e sessenta e cinco mil trezentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos).
- **Será adotada a inversão de fases no presente certame**, nos termos da legislação aplicável e conforme previsto no edital.
- **Data limite para envio dos documentos: 25/03/2026**

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a aquisição de materiais odontológicos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Ituaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Ituaçu para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade: 007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2043 – Programa de Saúde Bucal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos
Fonte: 1600 - Transf de Recursos SUS - Bloco de Manutenção

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no <https://bll.org.br> que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na **BLL COMPRAS**, no sítio <https://bll.org.br>

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no <https://bll.org.br/> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, que:

3.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.9. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no <https://bll.org.br>.

4.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.1.2. Caso não acudam interessados em disputar os itens exclusivos para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na sessão pública de licitação, fica automaticamente autorizada à ampla participação das empresas dos demais portes, para disputa dos respectivos itens.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3. Não poderão disputar esta licitação:

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou



que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O impedimento de que trata o item 4.3.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.3.1 e 4.3.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade, conforme artigo 14, § 2º da Lei Federal 14.133/2021.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens 4.3.1 e 4.3.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.9. A vedação de que trata o item 4.3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Conforme disposto no art. 17º, parágrafo 1º da Lei de nº 14.133/2021, justifica-se a antecipação da Fase de Habilitação antes das fases de Preço e Julgamento no presente processo licitatório, especialmente considerando que se trata de uma licitação de grande vulto.

5.3. A antecipação da Fase de habilitação em licitações de grande vulto garante uma maior segurança jurídica ao processo, reduzindo a possibilidade de litígios posteriores que possam comprometer a conclusão do certame. Uma habilitação prévia criteriosa assegura que apenas licitantes plenamente qualificados avancem para as fases subsequentes.

5.4. A antecipação da Fase de habilitação em licitações de grande vulto garante uma maior segurança jurídica ao processo, reduzindo a possibilidade de litígios posteriores que possam comprometer a conclusão do certame. Uma habilitação prévia criteriosa assegura que apenas licitantes plenamente qualificados avancem para as fases subsequentes.

5.5. Ainda, evita o dispêndio de recursos públicos na avaliação de propostas de licitantes que poderiam ser desclassificados posteriormente por questões documentais. Em licitações de grande vulto, onde o volume de documentos e a complexidade das propostas são elevados, essa antecipação permite uma gestão mais eficiente e racional dos recursos administrativos.

5.6. Assegura que somente empresas com comprovada capacidade técnica e idoneidade avancem no certame. Licitantes qualificados tem maior confiança para apresentar propostas competitivas, sabendo que todos os concorrentes já passaram por uma rigorosa triagem documental. Isso promove uma concorrência mais justa e equilibrada.

5.7. Portanto, a antecipação da Fase de Habilitação vem assegurar a integridade, a transparência e a eficiência do processo. A busca da proposta mais vantajosa com a qualidade de execução, bem como a ampliação na busca de mais licitantes na forma eletrônica.

5.8. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, documentos de habilitação e proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a 09h:00 do dia 06 de janeiro de 2025, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.8.1. O licitante que não anexar, no prazo estabelecido, os documentos de habilitação e a proposta de preços será declarado inabilitado no sistema, nos termos do edital.

5.9. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

5.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.11. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.12. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.13. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.14. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, encaminhe a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da respectiva planilha de custos e da composição detalhada dos preços. Para as propostas que apresentarem redução significativa durante a disputa de preços e que, a critério do Pregoeiro, possam ser consideradas inexequíveis, poderá ser exigida a apresentação da composição de preços no referido prazo, sob pena de desclassificação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do lote;

6.1.2. em moeda corrente nacional;

6.1.3. Marca de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de unidades de bens.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- 6.5. O prazo de validade da proposta não será de **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.9. Na presente licitação, MEI, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um décimo)*.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens **não** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática,



junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia ou por órgão ou entidade de localizadas no Município de Ituaçu;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. Caso a negociação não seja bem-sucedida com todos os participantes, o Pregoeiro poderá, conforme regulamento, abrir diligência e adotar medidas junto ao departamento responsável visando analisar se houve oscilação nos preços praticados à época com os do momento da sessão.

7.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo participante.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.2 e 4.3. deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos regulamentos;

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço/fornecimento ou da área especializada no objeto.



8.9. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e/ou salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.15. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.15.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.15.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos exigidos no presente certame, encontram-se previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio idôneo, por meio expressamente admitido pela Administração, conforme artigo 71, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos apresentados via sistema, ou registro cadastral válido e competente.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe, e/ou outra plataforma cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe e/ou em outra plataforma cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital,



no prazo de **02h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.10. A verificação no <https://bll.org.br>, ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor, nos termos do artigo 63, II da Lei Federal 14.133/2021.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do artigo 63, III da Lei Federal 14.133/2021.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida** a substituição ou a apresentação de **novos documentos**, salvo em sede de diligência, nos termos do artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021, para:

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste edital, para encaminhamento dos respectivos documentos.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- 9.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.17.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.18.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.19.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.20.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens dispostos no Termo de Referência – Anexo I.
- 9.21.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.22.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.23.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.24.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.25.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.26.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.27.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.28. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02h00min** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS:

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, com duração de 30 minutos, sob pena de preclusão, nos termos do § 1º, I do art. 165 da Lei Federal 14.133/21;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa:
 - 12.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 12.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 12.4.3. O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e do Decreto Municipal 22/2023.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo portal <https://bll.org.br> ou através do e-mail: ituaculicitacao@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos <https://doem.org.br/ba/ituacu>, <https://www.ituacu.ba.gov.br/>, <https://bll.org.br/>, ou por e-mail: ituaculicitacao@gmail.com.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I. Anexo TERMO DE REFERÊNCIA;
- II. Anexo MINUTA DO CONTRATO;
- III. Anexo PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES;
- IV. Anexo MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- V. Anexo MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- VI.Anexo MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- VII.Anexo MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- VIII.Anexo MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CONFORME ARTIGO 63, IV DA LEI FEDERAL Nº 14.133;
- IX.Anexo MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO;
- X.Anexo MODELO DE PROCURAÇÃO.

Ituaçu, XX de março de 2026.

Nathalia Almeida Lima
Sec. Municipal de Saúde



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026
PROCESSE ADMINISTRATIVO 016/2026

SECRETARIA DEMANDANTE:	Secretaria Municipal de Saúde e outros
-------------------------------	--

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a aquisição de materiais odontológicos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Ituaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Estimativas de consumos do órgão gerenciador:

LOTE 01 - INSUMOS						
ITEM	PRODUTO	UNIDA DE	MARC A	QT D	PREÇ O UNIT (R\$)	PREÇ O TOTA L (R\$)
1	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA, TAMANHO 30 G- CURTA (22 MM), USO ÚNICO, INDICADA PARA APLICAÇÃO DE ANESTESIA, AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, AÇO INOXIDÁVEL, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL SILICONADA, PAREDE DA CÂNULA DE MENOR ESPESSURA AUMENTANDO AS DIMENSÕES INTERNAS DA AGULHA PROPORCIONANDO MENOR TRAUMA E MAIOR CONFORTO, ESTOJO PLÁSTICO E PROTETOR, LACRE DE SEGURANÇA QUE GARANTE A ESTERILIZAÇÃO, ROSCA INTERNA UNIVERSAL PARA SERINGAS.	Caixa com 100 unidades		60		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

2	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA, TAMANHO 30 G- LONGA (30 MM), USO ÚNICO, INDICADA PARA APLICAÇÃO DE ANESTESIA, AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, AÇO INOXIDÁVEL, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL SILICONADA, PAREDE DA CÂNULA DE MENOR ESPESSURA AUMENATANDO AS DIMENSÕES INTERNAS DA AGULHA, ESTOJO PLÁSTICO E PROTETOR, LACRE DE SEGURANÇA QUE GARANTE A ESTERILIZAÇÃO, ROSCA INTERNA UNIVERSAL PARA SERINGAS.	Caixa com 100 unidades		60	R\$ -
3	ALGODÃO EM ROLINHOS PARA USO ODONTOLÓGICO, NÃO ESTÉRIL, EXCELENTE ABSORÇÃO, ISENTO DE AMIDO E CLORO, 100% ALGODÃO, FORMATO DE CILINDRO COMPACTADO, PODE ESTERILIZAR, QUALIDADE SUPERIOR.	Pacote c/ 100 unidades		500	R\$ -
4	ÁCIDO FOSFÓRICO 37%	Pacote com 3 unidades		200	R\$ -
5	AGENTE ADESIVO MONOCOMPONENTE (PRIMER E BOND), CONDICIONANTE E FOTOPOLIMERIZAVEL DE 5ª GERAÇÃO (2 PASSOS), A BASE DE ETANOL E COM 15% DE CARGA POR PESO COM 0,4 MICRONS.	Unidade		230	R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	INDICADO PARA APLICAÇÕES DE ADESÃO DIRETA E INDIRETA DE RESTAURAÇÕES; RESINAS E CIMENTAÇÕES, ACONDICIONADO EM FRASCO DE NO MÍNIMO 6ML COM TAMPA ROSQUEÁVEL					
6	AMÁLGAMA EM CÁPSULAS. COMPOSIÇÃO: 40% DE PRATA, 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO. EMBALAGEM COM 50 CÁPSULAS	Pacote com 50 cápsulas		150		R\$ -
7	BICARBONATO DE SÓDIO SABOR TUTTI FRUTTI. GRANULOMETRIA SUPER FINA. POTE COM 250G.	Unidade		150		R\$ -
8	BROCA CIRÚRGICA CARBIDE 702 HL. PARA USO EM ALTA ROTAÇÃO.	Unidade		180		R\$ -
9	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA Nº 04 PARA BAIXA ROTACÃO	Unidade		170		R\$ -
10	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA Nº 05 PARA BAIXA ROTACÃO	Unidade		170		R\$ -
11	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA Nº 06 PARA BAIXA ROTACÃO	Unidade		170		R\$ -



12	<p>COMPOSTO DE ÓLEO MINERAL COM BAIXA VISCOSIDADE, QUE FORMA UMA CAMADA PROTETORA RESISTENTE QUE PROTEGE AS PEÇAS DO CONTATO METAL CONTRA METAL. ANTICORROSIVOS, QUE PROTEGE AS PARTES INTERNAS DA PEÇA DE MÃO. REDUZ O ATRITO DOS ROLAMENTOS , EVITANDO O DESGASTE E AUMENTANDO A LONGEVIDADE DAS PEÇAS DE MÃO. NÃO CONTÉM RESTRIÇÕES PODENDO SER UTILIZADO EM QUALQUER MARCA E MODELO DE PEÇAS DE MÃO. NÃO CONTÉM CFC. ÓLEO COM PROPRIEDADES BACTERIOSTÁTICAS. CAPACIDADE DE REMOVER RESÍDUOS ADVINDOS DO PREPARO CAVITÁRIO. FRASCO COM SPRAY 400 ML.</p>	Unidade		100		R\$ -
13	<p>CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES, QUIMICAMENTE ATIVADO, ÁCIDO/BASE, RADIOPACO PELA AÇÃO DO ESTRÔNCIO, PÓ CONTENDO ÁCIDO POLIACRÍLICO DESIDRATADO E LÍQUIDO CONTENDO ÁCIDO POLIACRÍLICO E ÁCIDO TARTÁRICO. QUE PROMOVA A LIBERAÇÃO CONTÍNUA DE FLÚOR; O PRODUTO PODERÁ SER USADO PARA</p>	kit		150		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	RESTAURAÇÕES OU FORRAMENTO UTILIZANDO TÉCNICAS TRADICIONAIS OU NA TÉCNICA ART. APRESENTAÇÃO: KIT CONTENDO FRASCO COM 10G DE PÓ DE COR UNIVERSAL A3 + FRASCO COM 8ML DE LÍQUIDO, 1 COLHER MEDIDORA PARA PÓ E 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO				
14	CUNHA ANATÔMICA INTER-PROXIMAL, SORTIDA, COLORIDAS, DE MADEIRA	Caixa		80	R\$ -
15	CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA CAPEAMENTO PULPAR E FORRAMENTO PROTETOR SOB MATERIAIS RESTAURADORES	Unidade		180	R\$ -
16	CREME DENTAL COM MICROPATÍCULAS DE CÁLCIO E FLÚOR. TUBO COM 70-90 G, ADULTO.	Unidade		8.00 0	R\$ -
17	CREME DENTAL INFANTIL, PROTEÇÃO ANTICÁRIE, COM FLÚOR, EMBALAGEM DE 50 A 90G	Unidade		400	R\$ -
18	COLGADURA INDIVIDUAL PARA SUPORTES DE FILMES RADIOGRÁFICOS. EM AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		180	R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

19	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL. SEM EUGENOL. COMPOSIÇÃO DA PASTA BASE: ÁCIDOS GRAXOS, RESINA NATURAL, RESINA SINTÉTICA, ÓLEO MINERAL, TIMOL, CERA NATURAL E AROMA DE MENTA. COMPOSIÇÃO DA PASTA ACELERADORA: ÓLEO MINERAL, ÓLEO VEGETAL, ÓXIDO ZINCO, ÓXIDO DE MAGNÉZIO, PIGMENTO DE ÓXIDO DE FERRO, TIMOL, BHT E AROMA DE MENTA. KIT BASE + CATALISADOR. VALIDADE 1 ANO	Kit pó + líquido		15		R\$ -
20	ESCOVA FORMATO CÔNICO, PARA PROFILAXIA. USO EM BAIXA ROTAÇÃO.	Unidade		600		R\$ -
21	ESCOVA DENTAL COM CERDAS EXTRAS MACIAS OU MACIAS, CABEÇA PEQUENA, PARA ADULTO, CORES SORTIDAS	Unidade		8.00 0		R\$ -
22	ESCOVA DENTAL COM CERDAS EXTRAS MACIAS, CABEÇA PEQUENA, INFANTIL, CORES SORTIDAS.	Unidade		500		R\$ -
23	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,5 MM. 0,5 METRO. AÇO INOX	Unidade		170		R\$ -
24	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,7 MM. 0,7 METRO. AÇO INOX	Unidade		170		R\$ -
25	FITA BANDA MATRIZ POLIÉSTER. 10X12X0,5MM. EMALAGEM COM 50 UNIDADES.	Unidade		170		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

26	FIO DENTAL, QUE VENHA EM UMA EMBALAGEM PROFISSIONAL, COMPOSTO POR RESINA TERMOPLÁSTICA, CERA MINERAL MICROCRISTALINA, ÓLEO MINERAL, BHT E AROMA, CONTENDO 100M.	Unidade		3.000	R\$ -
27	FIXADOR DE FILME. COMPOSTO POR SULFITO DE SÓDIO, DIETILENO GLYCOL, HIDROQUINONA. PRONTO USO. VALIDADE: 1 ANO. FRASCO COM 500 ML	Unidade		150	R\$ -
28	FLÚOR FOSFATO ACIDULADO 1,23%. SABOR TUTTI FRUTTI. EMBALAGEM COM 200 ML. VALIDADE 2 ANOS.	Unidade		250	R\$ -
29	FLÚOR SOLUÇÃO BUCAL. SABOR MENTA OU TUTTI FRUTTI. FRASCO COM 500 ML.	Unidade		400	R\$ -
30	FIO DE SUTURA SEDA Nº 04, AGULHA EM AÇO-INOX SILICONIZADA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE 1,7CM. FIO SINTETIZADO COM MATERIAL NATURAL, FILAMENTO DE SEDA NATURAL E TRANÇADA. ESTERILIZADO EM RAIOS GAMA. ATÓXICO, NÃO PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, SENDO QUE A EMBALAGEM PRIMÁRIA TRATA-SE DE ENVELOPE METALIZADO INTERNAMENTE,	Caixa com 24 unidades		250	R\$ -



	GARANTINDO A INTEGRIDADE DO FIO.					
31	FIO DE SUTURA NYLON Nº 04, AGULHA EM AÇO-INOX SILICONIZADA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE 1,7CM. FIO SINTETIZADO COM MATERIAL NATURAL, FILAMENTO DE NYLON NATURAL E TRANÇADA. ESTERILIZADO EM RAIOS GAMA. ATÓXICO, NÃO PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, SENDO QUE A EMBALAGEM PRIMÁRIA TRATA-SE DE ENVELOPE METALIZADO INTERNAMENTE, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO FIO.	Caixa com 24 unidades		200		R\$ -
32	FORMOCRESOL COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA. FRASCO COM 10 ML.	Unidade		30		R\$ -
33	GLUCONATO DE CLORHEXIDINA 0,12% SEM ÁLCOOL 1 LITRO	Unidade		180		R\$ -
34	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PRÓ-ANÁLISE (PA), PÓ, DE USO ODONTOLÓGICO. FRASCO COM 10G	Unidade		180		R\$ -
35	IRM - CIMENTO RESTAURADOR TEMPORÁRIO.	kit		120		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	APRESENTAÇÃO PÓ + LÍQUIDO. ALTA ESTABILIDADE DIMENSIONAL. BAIXA SOLUBILIDADE. KIT COM UM FRASCO COM PÓ (38G) E LÍQUIDO (15ML).					
36	KIT COM POSICIONADORES PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA. AUTOCLAVÁVEL. TAMANHO ADULTO	Kit		10		R\$ -
37	KIT COM POSICIONADORES PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA. AUTOCLAVÁVEL. TAMANHO INFANTIL	Kit		10		R\$ -
38	LAMINA DE BISTURI DE AÇO INOXIDAVEL NUMERO 15	Caixa com 100 unidades		50		R\$ -
39	MICROBRUSH DESCARTÁVEL DE TAMANHO EXTRAFINO. CABO FLEXÍVEL. CERDAS NÃO ABSORVENTES.	Embalagem com 100 unidades		200		R\$ -
40	NECESSÁRIE EM PLÁSTICO, COM DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO PARA ECOVA, CREME DENTAL E FIO DENTAL. TAMANHO MÍNIMO 15CMX10 CM.	Unidade		100		R\$ -
41	PONTA MONTADA DIAMANTADA 1012 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
42	PONTA MONTADA DIAMANTADA 1014 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
43	PONTA MONTADA DIAMANTADA 1016 COM HASTE EM AÇO	Unidade		170		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO					
44	PONTA MONTADA DIAMANTADA 3168FF COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
45	PONTA MONTADA DIAMANTADA 3118F COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
46	PONTA MONTADA DIAMANTADA 2200 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
47	PONTA PEDRA DE ARKANSAS PARA ACABAMENTO ULTRA FINO DE COMPÓSITOS. NÃO CORTA ESMALTE. AUTOCLAVÁVEL	Unidade		170		R\$ -
48	PAPEL CARBONO, PARA ARTICULAÇÃO, ESPESSURA 100 MICRA, DUPLA FACE (AZUL E VERMELHO), COM 12 UNIDADES (FOLHAS)	Embalagem com 12 tiras		200		R\$ -
49	PASTA PROFILÁTICA PARA UTILIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA, REMOÇÃO DE DETRITOS, MANCHAS, PLACAS BACTERIANAS E POLIMENTO, COMO PARTE DO TRATAMENTO PROFISSIONAL DE PROFILAXIA DE CÁRIES E DOENÇAS PERIODONTAIS. COM FLÚOR. LIVRE DE ÓLEO. UMA BISNAGA COM 90 G.	Unidade		200		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

50	PELÍCULAS DE FILME RADIOGRÁFICO TAMANHO INFANTIL. PACOTE COM 100 PELÍCULAS. TAMANHO INFANTIL.	Pacote		100		R\$ -
51	PELÍCULAS DE FILME RADIOGRÁFICO TAMANHO ADULTOS. PACOTE COM 150 PELÍCULAS. TAMANHO ADULTO	Pacote		100		R\$ -
52	POTE DAPPEN	Unidade		80		R\$ -
53	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA. COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO DA MARCA ALT EQ. PARA REMOÇÃO DE TÁRTARO SUPRA GENGIVAL. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		30		R\$ -
54	PARAMONOCLOROFENOL. EMBALAGEM COM 20 ML.	Unidade		30		R\$ -
55	PLACA DE VIDRO LISA. RETANGULAR. TAMANHO 10CMX6MM	Unidade		130		R\$ -
56	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A2.	Unidade		200		R\$ -
57	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A3.	Unidade		200		R\$ -
58	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A3,5.	Unidade		200		R\$ -
59	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA	Unidade		200		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	COM 5G ESMALTE E DENTINA COR D2.					
60	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR D3.	Unidade		200		R\$ -
61	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A1.	Unidade		200		R\$ -
62	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR B2.	Unidade		200		R\$ -
63	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR B1.	Unidade		200		R\$ -
64	REVELADOR DE FILME. COMPOSTO POR SULFITO DE SÓDIO. PRONTO USO. VALIDADE: 1 ANO. FRASCO COM 500 ML	Unidade		150		R\$ -
65	SOBRE LUVAS, MATERIAL POLIETILENO. COR: TRANSPARENTE. VALIDADE: 05 ANOS APÓS DATA DE FABRICAÇÃO	Caixa com 100 unidades		150		R\$ -
66	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA TÓPICA A BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO. SEM EPINEFRINA. FRASCO COM 10 ML	Unidade		130		R\$ -
67	SUPORTE PARA COLETOR DE CARTÃO. PARA PAREDE. INCLUSO BUCHAS E PARAFUSOS. TAMANHO PARA 13 LITROS.	Unidade		25		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

68	SUPORTE PARA COLETOR DESCARTÁVEL.. PARA PAREDE. INCLUSO BUCHAS E PARAFUSOS. TAMANHO PARA 20 LITROS.	Unidade		25		R\$ -
69	SUGADOR DESCARTÁVEL DE SALIVA. TUBO CONFECCIONADO EM PVC, TRANSPARENTE E ATÓXICO COM ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA PELO PROFISSIONAL. PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO E ATÓXICO, VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE EM TUTTI-FRUTTI, COLORIDO ROSA VERDE, TRANSPARENTE E AZUL	Pacote com 40 unidades		800		R\$ -
70	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL ESTÉRIL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E ATÓXICO. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES E 40 PONTEIRAS	Caixa com 20 unidades		150		R\$ -
71	VERNIZ DE USO ODONTOLÓGICO QUE PROTEGE A POLPA DENTÁRIA NAS RESTAURAÇÕES A AMÁLGAMA E A CIMENTO, ISOLANDO-A TÉRMICA E QUIMICAMENTE. EMBALAGEM COM 15 ML.	Unidade		80		R\$ -
72	VASELINA SÓLIDA.VALIDADE 36 MESES. POTE COM 90 G	Unidade		100		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

LOTE 02 - ANESTÉSICOS						
ITEM	PRODUTO	UNIDA DE	MARC A	QT D	PREÇ O UNIT (R\$)	PREÇ O TOTA L (R\$)
1	ANESTÉSICO (LIDOSTESIM) LOCAL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% E VASOCONSTRITOR EPINEFRINA, SOLUÇÃO ESTÉRIL PARA INJEÇÃO, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 1,8ML CADA TUBETE.	Caixa com 50 unidades		220		R\$ -
2	ANESTÉSICO INJETÁVEL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRITOR, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 1,8ML CADA TUBETE.	Caixa com 50 unidades		120		R\$ -
3	ANESTÉSICO TÓPICO GEL, BENZOCAÍNA 20%, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 12G, SABOR TUTTI FRUTTI.	Unidade		150		R\$ -
4	ANESTÉSICO COM VASOCONSTRITOR, EMBALAGEM COM 50 TUBETES DE VIDRO COM 1,8ML CADA. ARTICAÍNA COM EPINEFRINA. SOLUÇÃO ESTÉRIL PARA INJEÇÃO, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 1,8ML CADA TUBETE.	Caixa com 50 unidades		100		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ -

LOTE 03 - EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS						
ITEM	PRODUTO	UNIDA DE	MARC A	QT D	PREÇ O	PREÇ O



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

					O UNIT (R\$)	O TOTA L (R\$)
1	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, DE LUZ LED, ALTA INTENSIDADE, POTÊNCIA DE 1500MW/CM2.MODOS DE OPERAÇÃO DE TIMER DIGITAL COMPRIMENTO DE ONDA DA LUZ 440NM À 480NM LEVE, SEM RUÍDO DE VENTILAÇÃO,USO EFICIENTE DE ENERGIA, MODO RAMP, RADIÔMETRO, PONTEIRA DE FIBRA ÓTICA AUTOCLAVÁVEL. SEM FIO	Unidade		5		R\$ -
2	AUTOCLAVE 21 LITROS. CÂMARA EM INOX. DIGITAL. 21 SISTEMAS DE SEGURANÇA ENTRE OS QUAIS CHAVE E TRAVA DA PORTA, SISTEMA ELETRÔNICO DE CRUZAMENTO DE DADOS E SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA.	Unidade		5		R\$ -
3	ALAVANCA SELDIN N°1 R AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
4	ALAVANCA SELDIN N°1 L AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
5	ALAVANCA N° 2 INFANTIL. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
6	ALAVANCA APICAL RETA. N° 301. ADULTO. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
7	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO. DUPLO. ANGULADO. AÇO INOX	Unidade		130		R\$ -
8	ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA TORNEIRA. 220V.	Unidade		8		R\$ -
9	BANDEJA CLÍNICA AUTOCLAVÁVEL. 22 CM DE	Unidade		220		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	COMPRIMENTO, 9 CM DE LARGURA E 1,5 ALTURA.					
10	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO DE FILMES RADIOGRÁFICOS ODONTOLÓGICOS. BASE REMOVÍVEL. RECIPIENTES INCLUSOS PARA LÍQUIDOS. VISOR ACRÍLICO DESTACÁVEL, COM ÓTIMA TRANSPARÊNCIA E FILTRAGEM DE LUZ	Unidade		5		R\$ -
11	CURETA PERIODONTAL MC CALL 17-18, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
12	CURETA PERIODONTAL MC CALL 13-14, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
13	CURETA PERIODONTAL MC CALL 05-06, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
14	CURETA PERIODONTAL MC CALL 07-08, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
15	CONTRA-ÂNGULO COM SISTEMA SACA BROCAS. USO COM MICROMOTOR PNEUMÁTICO. GIRO LIVRE DE 360°. BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO.	Unidade		5		R\$ -
16	COLETE DE CHUMBO PROTETOR PARA TÓRAX E TIREÓIDE. TAMANHO ADULTO.	Unidade		5		R\$ -
17	CABO PARA ESPELHO CLÍNICO, EM ALUMÍNIO 13 CM.	Unidade		220		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

18	<p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO PARA 1 CONSULTÓRIO SEM BOMBA DE VÁCUO (ATÉ 2 SUGADORES SIMULTÂNEOS) OU 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA DE VÁCUO (ATÉ 2 SUGADORES SIMULTÂNEOS CADA). TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. NÃO NECESSITA LUBRIFICAÇÃO. COM TRATAMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIOXIDANTE (PINTURA ELETROSTÁTICA). POSSUI ABERTURAS LATERAIS, PARA FUTURAS INSPEÇÕES. MODELO DE ALTO TORQUE, COM GRANDE RENDIMENTO. POSSUI COMPONENTES INTERNOS CONFECCIONADOS EM CERÂMICA PROPORCIONANDO REDUZIDO ATRITO INTERNO. PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA. VÁLVULA DE SEGURANÇA. DISPOSITIVO DE ALÍVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO. CAPACIDADE DE 43 LITROS. NÍVEL DE RUÍDO 58DB. DIMENSÕES: 33CM X 65,6CM X 57,8CM (L X A X C). PESO LÍQUIDO: 39,5 KG. CONSUMO DE ENERGIA: 1,45 KW/HORA. FREQUÊNCIA DO MOTOR: 60 HZ</p>	Unidade	5	R\$ -
19	DESLOCADOR DE PERIÓSTEO, QUE POSSA SER	Unidade	80	R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	ESTERILIZADO, TIPO MOLT 2-4. AÇO INOXIDÁVEL				
20	DESTILADOR DE ÁGUA QUE NÃO NECESSITA DE NENHUM TIPO DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. RESERVATÓRIO EM AÇO INOX COM CAPACIDADE DE 4L. ABASTECIMENTO MANUAL. POTÊNCIA 750W (1LITRO/HORA). 220 V	Unidade		2	R\$ -
21	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO	Unidade		180	R\$ -
22	ESCOVÓDROMO PORTÁTIL. 2 PIAS PEQUENA. COM RESERVATÓRIO PARA ÁGUA A SER DIPENSADA EM TORNEIRA. TORNEIRA. ESPELHO. RESERVATÓRIO PARA ÁGUA USADA QUE SAÍRA PELA PIA.	Unidade		3	R\$ -
23	ESPELHO TOUCADOR COM CABO. FORMATO BOCA OU DENTE.	Unidade		80	R\$ -
24	ESPELHO BUCAL CLÍNICO PLANO, NÚMERO 5, AÇO INOX.	Unidade		220	R\$ -
25	ESPÁTULA PARA INSERÇÃO DE RESINA Nº1. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		220	R\$ -
26	EXPLORADOR CLÍNICO Nº47. AÇO INOXIDÁVEL. DUPLA EXTREMIDADE	Unidade		220	R\$ -
27	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. Nº1, INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES	Unidade		90	R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

28	FÓRCEPS, INFANTIL, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°1, INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES.	Unidade		90		R\$ -
29	FÓRCEPS ADULTO INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°17, INDICADO PARA MOLARES.	Unidade		90		R\$ -
30	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°16, INDICADO PARA MOLARES INFERIORES.	Unidade		90		R\$ -
31	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°69, INDICADO PARA MOLARES RESTOS RADICULARES.	Unidade		90		R\$ -
32	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°151 ADULTO, INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS INFERIORES	Unidade		90		R\$ -
33	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA	Unidade		90		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. Nº18 L, INDICADO PARA MOLARES SUPERIORES DO LADO ESQUERDO E SUAS RAÍZES.					
34	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. Nº18 R, INDICADO PARA MOLARES SUPERIORES DO LADO DIREITO E SUAS RAÍZES.	Unidade		90		R\$ -
35	LIMA PARA OSSO. EM AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		120		R\$ -
36	MACROMODELO COM ARCADA SUPERIOR E INFERIOR. PARA DEMONSTRAÇÕES DE ESCOVAÇÃO.	Unidade		8		R\$ -
37	MACROMODELO ESCOVA. CABO FEITO EM POLIPROPILENO E CERDAS EM NYLON. COMPRIMENTO: 35CM;	Unidade		8		R\$ -
38	MICRO MOTOR ENCAIXE BORDEN 2 FUIROS.SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL; ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. ACOPLAMENTO BORDEN.	Unidade		5		R\$ -
39	NEGATOSCÓPIO QUE PERMITE TRÊS POSIÇÕES DE TRABALHO (PAREDE, MESA OU INCLINADO). COM ALTA LUMINOSIDADE SEM ÁREA DE SOMBRA. COM REATOR ELETRÔNICO O QUE PROPORCIONA MAIOR DURABILIDADE,	Unidade		5		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	ECONOMIA DE ENERGIA E ACENDIMENTO INSTANTÂNEO DAS LÂMPADAS, ALÉM DE NÃO GERAR RUÍDOS NEM AQUECIMENTO. 26,0 X 34,5 X 0,7 CM) CM. 220 V.				
40	PEÇA RETA PARA SER USADA COM MICRO MOTOR DE ENCAIXE BORDEN. SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. SISTEMA DE ENCAIXE DA PEÇA RETA UNIVERSAL. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE.	Unidade		5	R\$ -
41	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO. AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		220	R\$ -
42	PORTA-AGULHA TIPO MAYO - HEGAR, METÁLICO, QUE POSSA SER ESTERILIZADO, TAMANHO 14 CM	Unidade		90	R\$ -
43	PEDRA PARA AFIAR CURETAS PERIODONTAIS. COR BRANCA. AUTOCLAVÁVEL.	Unidade		20	R\$ -
44	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		120	R\$ -
45	SONDA MILIMETRADA. EXTREMIDADE DUPLA. AÇO INOX.	Unidade		120	R\$ -
46	SERINGA CARPULE COM REFLUXO. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		150	R\$ -
47	TESOURA ÍRIS, METÁLICA, CURVA, PONTA FINA, UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS	Unidade		90	R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

CIRÚRGICOS EM GERAL, COM 11,5CM						
VALOR TOTAL DO LOTE 03						R\$ -

LOTE 04 - INSUMOS						
ITEM	PRODUTO	UNIDA DE	MARC A	QT D	PREÇ O UNIT (R\$)	PREÇ O TOTA L (R\$)
1	ALGINATO PARA MOLDAGEM ODONTOLÓGICA- 410GRAMAS	PACOTE		70		R\$ -
2	CUBA DE BORRACHA, TAMANHO MÉDIO, PARA MANIPULAÇÃO DE ALGINATO	UNIDAD E		70		R\$ -
3	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA GESSO E ALGINATO	UNIDAD E		70		R\$ -
4	GESSO PEDRA TIPO III- 1 KG	PACOTE		100		R\$ -
5	KIT DE MOLDEIRA TOTAL PERFURADA- ADULTO, EM ALUMÍNIO DENTADO	KIT		30		R\$ -
6	KIT DE MOLDEIRA TOTAL LISA- ADULTO, EM INOX DESDENTADO	KIT		30		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 04						R\$ -

VALOR TOTAL DOS LOTES						R\$ -
------------------------------	--	--	--	--	--	-----------------



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- 1.1. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 022/2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2. CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM:

2.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 022/2023, vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos bens e, tampouco, ao interesse público.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1. Pretende-se com a referida contratação proporcionar uma maior eficiência, assegurando a continuidade no fornecimento dos materiais odontológicos, e do uso racional dos recursos financeiros; eficácia, atendendo a demanda e suportando as atividades de cada órgão e economicidade, atendendo o melhor custo-benefício.
- 3.2. Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo-benefício, relativamente ao fornecimento de materiais odontológicos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ituaçu/BA.
- 3.3. Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas, inerentes aos correspondentes fornecimentos prestados ao interesse público.
- 3.4. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais fornecimentos, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.
- 3.5. Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto.

4. JUSTIFICATIVA:

4 O objeto de que trata este processo licitatório tem sua importância como equipamento de apoio para os procedimentos odontológicos oferecidos aos usuários, por se tratar de equipamento imprescindível a ser empregado nos tratamentos, cuja ausência poderá comprometer o resultado final do tratamento proposto.

É importante frisar que os referidos equipamentos são utilizados diretamente na execução das atividades desenvolvidas nas unidades de saúde, sendo, desse modo, elementos essenciais para a execução, com qualidade, eficiência e rapidez, dos serviços e atividades inerentes a essas unidades, sendo elas: nas zonas rurais do São José, Ovelha, Campo Grande, Tranqueiras, Lagoa da Lage e na Gruta, e nas UBS Sede I E II.

Adquiri-los, portanto, assegura a continuidade e a racionalização de importante serviço do Município, colocado à disposição dos munícipes, seu planejamento estratégico que visa, dentre outras coisas: • garantir a infraestrutura apropriada às atividades fins; e • promover a qualidade de vida dos que necessitam.

Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento dependem dos equipamentos ora mencionados.

Justificativa para a Realização de Nova Licitação

Os contratos, celebrados para a prestação dos fornecimentos de materiais odontológicos, possuíam vigência até 31 de dezembro de 2025. Tendo em vista que tais contratos não serão renovados, é imprescindível a realização de um novo processo licitatório para garantir a continuidade dos serviços, mantendo o mesmo objeto contratado anteriormente.

A necessidade da nova licitação decorre da obrigatoriedade de observar os prazos contratuais e os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na legislação, em especial a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). Por meio desse processo, será possível selecionar, de forma transparente e competitiva, o fornecedor ou prestador de serviços que melhor atenda às necessidades da administração pública, assegurando a qualidade e a continuidade dos serviços.

Destaca-se que o objeto do novo certame será o mesmo dos contratos anteriores, com as especificações e condições ajustadas para atender plenamente às demandas previstas, conforme os estudos técnicos preliminares e o termo de referência a serem elaborados.

Ressalta-se, ainda, a importância de iniciar o processo licitatório com a devida antecedência, de modo a evitar a descontinuidade dos fornecimentos essenciais e garantir o pleno atendimento às obrigações da administração pública a partir de 1º de janeiro de 2026.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO:

4.5. O critério a ser adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, uma vez que oferece mais segurança, além de vantagem econômica e técnica para a administração.

4.6. A divisão do objeto em lotes visa a ampliar a competitividade e economicidade das licitações, sob o fundamento de que, quanto maior a adesão de interessados na seleção do



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

contratado, maior a probabilidade de obter melhores condições econômicas para a contratação.

4.7. Nesse sentido, o TCU editou o Acórdão 5301/2013 - Segunda Câmara, do relator Ministro André Luís, que estabelece:

“É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.”

4.8. Assim, faz-se justificado o critério adotado.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Há a necessidade de que o objeto do presente estudo é indispensável para o efetivo funcionamento da secretaria de saúde, também para manutenção das atividades cotidianas que compõem a esfera do ente municipal.

Desta forma, um dos requisitos para a realização dos contratos administrativos de fornecimento de insumos de forma continuada é que sejam viáveis e vantajosos para a Administração Pública.

Diante deste contexto, entende-se que a **Solução 2**. Contratação de empresa por meio de certame licitatório na modalidade de PREGÃO para fornecimento de materiais odontológicos, para atender as necessidades da secretaria de saúde para os Postos de Saúde e Unidades Básicas do Município de Ituaçu-BA, é a que melhor atende às necessidades.

Em razão da contratação em tela se dar pela solução de menor preço por lote, a administração, na tabela em anexo (ANEXO I), faz a devida especificação de cada item a ser licitado. Não sendo necessário, aqui, a relação de cada um.

A solicitação de entrega de materiais odontológicos ocorrerão conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, cuja entrega deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis e deverá ser feita na Secretaria de Saúde no município de Ituaçu - BA, Rua Frei Pedro Tomas Margallo, s/n.

Deverá estar de acordo com o cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde deverá ser obedecido o horário de expediente desta secretaria, sendo das 08h:00 até as 12h:00 e das 14h:00 até as 17h:00.

O recebimento será efetuado pelo setor requisitante, cabendo a este fiscalizar as condições de entrega, se está conforme o licitado.

O aceite/aprovação dos materiais odontológicos requisitados pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade verificados posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

A marca dos materiais odontológicos deverá estar indicada no próprio produto ou em sua embalagem. Os que não possuírem identificação serão rejeitados quando da sua entrega.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação objeto deste pregão apresenta os seguintes requisitos:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de atestado de capacidade técnico operacional que comprove a prestação anterior de serviço similar, emitido por órgão da administração pública ou empresa privada, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário, o número do CPF, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da administração;
- Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração Pública;
- Entregar os materiais e insumos durante o expediente ou em horários alternativos, previamente acordados com a Secretaria de Saúde;
- Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;
- Substituir, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo;
- A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo;
- Os materiais devem ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa;
- Todos os materiais são obrigatoriamente registrados na ANVISA, devendo ser exigido no ato convocatório a cópia da publicação no DOU do Registro, observando-se sua validade;
- Sobre a validade dos produtos: Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 60% (cinquenta por cento) a partir da data de fabricação. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação;
- Todos os materiais, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;
- A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados às características dos produtos fornecidos;
- A Contratada não poderá transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra Empresa ou Instituição de qualquer natureza;
- Os materiais cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- Os materiais entregues em seringa preenchida deverão apresentar dispositivo de segurança que atenda a NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Deverá apresentar obrigatoriamente deve apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE);
- No caso do proponente ser uma Importadora ou uma Distribuidora, deverá apresentar também o Certificado de BPF (Certificado de Boas Práticas de Fabricação)do fabricante do produto por ele comercializado;
- Os produtos médicos dispensados de registro deverão constar em sua embalagem os dizeres: “Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde”, conforme Decreto 79.094, de 05 de janeiro de 1977;
- Na embalagem dos genéricos deverá estar escrito “medicamento genérico” dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: “Lei nº 9.787/99”;
- Os materiais a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”, conforme determina art. 7º da Portaria nº 2.814/GM, de 29/05/98 do Ministério de Estado de Saúde (republicada no DOU nº 102, de 01/06/1998, Seção I, p. 13);
- Para a licitação desta categoria de produtos deverá ser observado se o medicamento está sujeito a controle especial. Neste caso, será solicitada a AFE especial, de acordo com a Portaria 344/01, distribuidores, devendo ser solicitada cópia da publicação no Diário Oficial da União;
- Autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador.
- Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.
- Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por Linha de Produção / Materiais , emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso de medicamento importado é também necessária apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela Autoridade Sanitária do País de origem ou Laudo de Inspeção emitido pela Autoridade Sanitária Brasileira.
- No caso de soros parenterais de grande volume o produto deve atender a Portaria nº 17, de 16 de abril de 2010.
- Os produtos de Higiene Pessoal deverão conter impresso, em seu rótulo, os dizeres:
 - a) Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal: “Resolução ANVS nº 335/99” e o número da AFE emitida pela ANVISA;
 - b) Saneantes Domissanitários: “Produto Notificado na ANVISA/MS”.Dentre os potenciais requisitos da contratação podemos destacar a necessidade de compras frequentes e padronizadas, com a distribuição na Secretaria de Saúde de Ituaçu, no endereço Rua Frei Pedro Tomás Margallo, com todos os custos e riscos do transporte por sua conta.

7. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

7.1. A aquisição do(s) produto(s) da presente licitação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade da Administração Pública, sendo o prazo de entrega de até 05



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

(cinco) dias úteis, a contar da requisição do pedido emitida pelo órgão requisitante do contrato do Município de Ituaçu.

7.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade: 007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2043 – Programa de Saúde Bucal

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos

Fonte: 1600 - Transf de Recursos SUS - Bloco de Manutenção

9. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS:

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 965.360,56 (novecentos e sessenta e cinco mil trezentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos).

10. DA SUBCONTRATAÇÃO:

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

Administração à continuidade do contrato.

12. DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO E DO CONTRATO:

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

12.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

12.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

12.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

13.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.2.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.2.1.1.2. No caso de **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.1.1.3. Em se tratando de **microempreendedor individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.2.1.1.4. No caso de **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.1.1.5. Inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.2.1.1.6. No caso de **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.2.1.1.7. No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.2.1.1.8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

13.2.1.1.9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

13.2.1.1.10. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

13.2.1.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

13.2.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

13.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

13.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

13.2.1.2.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

13.2.1.2.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

13.2.1.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.2.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

13.2.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

b. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;

c. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

d. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- e. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10%.
- h. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- l. Para fins de habilitação econômico-financeira, ficam dispensadas da apresentação do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demais demonstrações contábeis e do atendimento aos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) as empresas enquadradas como Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006. Nesses casos, a comprovação do enquadramento se dará mediante apresentação de declaração própria ou documento oficial emitido por órgão competente.

13.2.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.2.1.4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.2.1.4.1.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.2.1.4.2. Licença Sanitária em vigor emitida pela autoridade municipal ou estadual conforme o caso;

13.2.1.4.3. Licença de funcionamento junto à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

13.2.1.5. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.2.5.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida também a seguinte documentação complementar:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

e. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

1) ata de fundação; 2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; 3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; 4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; 5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e 6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.2.5.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14.2.5.1.6. Poderão ser exigidos pelo Pregoeiro documentos complementares que comprovem a qualidade dos produtos solicitados, tais como laudos técnicos, catálogos, entre outros que entender pertinentes.

14. DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será realizado, em ordem cronológica, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

14.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

14.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP
= Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6)}{100}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15. DO REAJUSTE:

15.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

16.6. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

16.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.6.3. Indenizações e multas.

17. EXTINÇÃO DO CONTRATO:

17.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.2.3. Indenizações e multas.

17.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO:

18.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

18.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados na legislação;

18.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

18.4. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

contidos na legislação, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- I. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- II. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- III. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- V. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VI. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- VII. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) A multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 19.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa:



- 19.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 19.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 19.4.3. O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1. subitem II, III e IV quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1. subitem VI, VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens II, III e IV que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item IV, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 19.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 19.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Fazenda Pública Municipal, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 19.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

competente.

19.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.19. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão ou entidade pública.

19.20. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e do Decreto Municipal 022/2023.

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

21.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021 e são obrigações da Contratante:

21.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



21.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

21.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

21.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

22.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

22.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

22.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

22.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

22.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

22.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

22.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

22.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

22.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

ANEXO II - MODELO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/, QUE FAZEM ENTRE SI O [município], POR INTERMÉDIO DO (A) [órgão contratante] E [empresa]
MUNICÍPIO DE ITUAÇU, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Gilberto Gil, s/nº - Centro - Ituaçu/BA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 14.106.280/0001-21, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Phellipe Ramonn Gonçalves Brito, brasileiro, maior, capaz, casado, Agente Político, portador da CI.RG.SSP/BA nº 07.645.698-64, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.195.975-55, residente e domiciliado na Avenida José Carlos Brito, nº 07, Centro – Ituaçu/Bahia, e o **[INDICAR RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na [indicar endereço completo], inscrita no CNPJ/MF sob nº. xx.xxx.xxx/0001-xx, NESTE ato representada pelo seu representante legal o/a Sr(a)., inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº xxx.xxx.xxx-xx e portador do RG nº xxxxxxxx SSP/UF, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 016/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico **nº003/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a aquisição de materiais odontológicos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Ituaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. Objeto da contratação:

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme mapa de preços constante nos autos do processo administrativo.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

10. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
I. der causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. der causa à inexecução total do contrato;
 - IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 4.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.2.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.3. A multa:
- 11.3.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 11.3.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 11.3.3. O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



11.6.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6.2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade: 007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2043 – Programa de Saúde Bucal

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de Impostos

Fonte: 1600 - Transf de Recursos SUS - Bloco de Manutenção

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

Fica eleito o Foro de Ituaçu/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

MUNICÍPIO DE XXXXXXXX

Representante legal do órgão gerenciador
CONTRATANTE

[EMPRESA]

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
CONTRATADA

ANEXO III- PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES

(Papel timbrado da licitante)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QTD	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA, TAMANHO 30 G- CURTA (22 MM), USO ÚNICO, INDICADA PARA APLICAÇÃO DE ANESTESIA, AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, AÇO INOXIDÁVEL, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL SILICONADA, PAREDE DA CÂNULA DE MENOR ESPESSURA AUMENTANDO AS DIMENSÕES INTERNAS DA AGULHA PROPORCIONANDO MENOR TRAUMA E MAIOR CONFORTO, ESTOJO PLÁSTICO E PROTETOR, LACRE DE SEGURANÇA QUE GARANTE A ESTERILIZAÇÃO, ROSCA INTERNA UNIVERSAL PARA SERINGAS.	Caixa com 100 unidades		60		R\$ -
2	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA, TAMANHO 30 G- LONGA (30 MM), USO ÚNICO, INDICADA PARA APLICAÇÃO DE ANESTESIA, AGULHA COM BISEL TRIFACETADO, AÇO INOXIDÁVEL, CÂNULA ALTAMENTE FLEXÍVEL SILICONADA, PAREDE DA CÂNULA DE MENOR ESPESSURA AUMENATANDO AS DIMENSÕES INTERNAS DA AGULHA, ESTOJO PLÁSTICO E PROTETOR, LACRE DE SEGURANÇA QUE GARANTE A ESTERILIZAÇÃO, ROSCA INTERNA UNIVERSAL PARA SERINGAS.	Caixa com 100 unidades		60		R\$ -
3	ALGODÃO EM ROLINHOS PARA USO ODONTOLÓGICO, NÃO ESTÉRIL, EXCELENTE ABSORÇÃO, ISENTO DE AMIDO E CLORO, 100% ALGODÃO, FORMATO DE CILINDRO COMPACTADO, PODE	Pacote c/ 100 unidades		500		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	ESTERILIZAR, QUALIDADE SUPERIOR.					
4	ÁCIDO FOSFÓRICO 37%	Pacote com 3 unidades		200		R\$ -
5	AGENTE ADESIVO MONOCOMPONENTE (PRIMER E BOND), CONDICIONANTE E FOTOPOLIMERIZAVEL DE 5ª GERAÇÃO (2 PASSOS), A BASE DE ETANOL E COM 15% DE CARGA POR PESO COM 0,4 MICRONS. INDICADO PARA APLICAÇÕES DE ADESÃO DIRETA E INDIRETA DE RESTAURAÇÕES; RESINAS E CIMENTAÇÕES, ACONDICIONADO EM FRASCO DE NO MÍNIMO 6ML COM TAMPAS ROSQUEÁVEL	Unidade		230		R\$ -
6	AMÁLGAMA EM CÁPSULAS. COMPOSIÇÃO: 40% DE PRATA, 31,3% DE ESTANHO, 28,7% DE COBRE E 47,9% DE MERCÚRIO. EMBALAGEM COM 50 CÁPSULAS	Pacote com 50 cápsulas		150		R\$ -
7	BICARBONATO DE SÓDIO SABOR TUTTI FRUTTI. GRANULOMETRIA SUPER FINA. POTE COM 250G.	Unidade		150		R\$ -
8	BROCA CIRÚRGICA CARBIDE 702 HL. PARA USO EM ALTA ROTAÇÃO.	Unidade		180		R\$ -
9	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA Nº 04 PARA BAIXA ROTACÃO	Unidade		170		R\$ -
10	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA Nº 05 PARA BAIXA ROTACÃO	Unidade		170		R\$ -
11	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA Nº 06 PARA BAIXA ROTACÃO	Unidade		170		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

12	COMPOSTO DE ÓLEO MINERAL COM BAIXA VISCOSIDADE, QUE FORMA UMA CAMADA PROTETORA RESISTENTE QUE PROTEGE AS PEÇAS DO CONTATO METAL CONTRA METAL. ANTICORROSIVOS, QUE PROTEGE AS PARTES INTERNAS DA PEÇA DE MÃO. REDUZ O ATRITO DOS ROLAMENTOS , EVITANDO O DESGASTE E AUMENTANDO A LONGEVIDADE DAS PEÇAS DE MÃO. NÃO CONTÉM RESTRIÇÕES PODENDO SER UTILIZADO EM QUALQUER MARCA E MODELO DE PEÇAS DE MÃO. NÃO CONTÉM CFC. ÓLEO COM PROPRIEDADES BACTERIOSTÁTICAS. CAPACIDADE DE REMOVER RESÍDUOS ADVINDOS DO PREPARO CAVITÁRIO. FRASCO COM SPRAY 400 ML.	Unidade		100	R\$ -
13	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES, QUIMICAMENTE ATIVADO, ÁCIDO/BASE, RADIOPACO PELA AÇÃO DO ESTRÔNCIO, PÓ CONTENDO ÁCIDO POLIACRÍLICO DESIDRATADO E LÍQUIDO CONTENDO ÁCIDO POLIACRÍLICO E ÁCIDO TARTÁRICO. QUE PROMOVA A LIBERAÇÃO CONTÍNUA DE FLÚOR; O PRODUTO PODERÁ SER USADO PARA RESTAURAÇÕES OU FORRAMENTO UTILIZANDO TÉCNICAS TRADICIONAIS OU NA TÉCNICA ART. APRESENTAÇÃO: KIT CONTENDO FRASCO COM 10G DE PÓ DE COR UNIVERSAL A3 + FRASCO COM 8ML DE LÍQUIDO, 1 COLHER MEDIDORA PARA PÓ E 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO	kit		150	R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

14	CUNHA ANATÔMICA INTER-PROXIMAL, SORTIDA, COLORIDAS, DE MADEIRA	Caixa		80		R\$ -
15	CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA CAPEAMENTO PULPAR E FORRAMENTO PROTETOR SOB MATERIAIS RESTAURADORES	Unidade		180		R\$ -
16	CREME DENTAL COM MICROPATÍCULAS DE CÁLCIO E FLÚOR. TUBO COM 70-90 G, ADULTO.	Unidade		8.000		R\$ -
17	CREME DENTAL INFANTIL, PROTEÇÃO ANTICÁRIE, COM FLÚOR, EMBALAGEM DE 50 A 90G	Unidade		400		R\$ -
18	COLGADURA INDIVIDUAL PARA SUPORTES DE FILMES RADIOGRÁFICOS. EM AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		180		R\$ -
19	CIMENTO CIRÚRGICO PERIODONTAL. SEM EUGENOL. COMPOSIÇÃO DA PASTA BASE: ÁCIDOS GRAXOS, RESINA NATURAL, RESINA SINTÉTICA, ÓLEO MINERAL, TIMOL, CERA NATURAL E AROMA DE MENTA. COMPOSIÇÃO DA PASTA ACELERADORA: ÓLEO MINERAL, ÓLEO VEGETAL, ÓXIDO ZINCO, ÓXIDO DE MAGNÉZIO, PIGMENTO DE ÓXIDO DE FERRO, TIMOL, BHT E AROMA DE MENTA. KIT BASE + CATALISADOR. VALIDADE 1 ANO	Kit pó + líquido		15		R\$ -
20	ESCOVA FORMATO CÔNICO, PARA PROFILAXIA. USO EM BAIXA ROTAÇÃO.	Unidade		600		R\$ -
21	ESCOVA DENTAL COM CERDAS EXTRAS MACIAS OU MACIAS, CABEÇA PEQUENA, PARA ADULTO, CORES SORTIDAS	Unidade		8.000		R\$ -
22	ESCOVA DENTAL COM CERDAS EXTRAS MACIAS, CABEÇA PEQUENA, INFANTIL, CORES SORTIDAS.	Unidade		500		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

23	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,5 MM. 0,5 METRO. AÇO INOX	Unidade		170		R\$ -
24	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,7 MM. 0,7 METRO. AÇO INOX	Unidade		170		R\$ -
25	FITA BANDA MATRIZ POLIÉSTER. 10X12X0,5MM. EMALAGEM COM 50 UNIDADES.	Unidade		170		R\$ -
26	FIO DENTAL, QUE VENHA EM UMA EMBALAGEM PROFISSIONAL, COMPOSTO POR RESINA TERMOPLÁSTICA, CERA MINERAL MICROCRISTALINA, ÓLEO MINERAL, BHT E AROMA, CONTENDO 100M.	Unidade		3.000		R\$ -
27	FIXADOR DE FILME. COMPOSTO POR SULFITO DE SÓDIO, DIETILENO GLYCOL, HIDROQUINONA. PRONTO USO. VALIDADE: 1 ANO. FRASCO COM 500 ML	Unidade		150		R\$ -
28	FLÚOR FOSFATO ACIDULADO 1,23%. SABOR TUTTI FRUTTI. EMBALAGEM COM 200 ML. VALIDADE 2 ANOS.	Unidade		250		R\$ -
29	FLÚOR SOLUÇÃO BUCAL. SABOR MENTA OU TUTTI FRUTTI. FRASCO COM 500 ML.	Unidade		400		R\$ -
30	FIO DE SUTURA SEDA Nº 04, AGULHA EM AÇO-INOX SILICONIZADA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE 1,7CM. FIO SINTETIZADO COM MATERIAL NATURAL, FILAMENTO DE SEDA NATURAL E TRANÇADA. ESTERILIZADO EM RAIO GAMA. ATÓXICO, NÃO PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, SENDO QUE A EMBALAGEM PRIMÁRIA TRATA-SE DE ENVELOPE METALIZADO INTERNAMENTE, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO FIO.	Caixa com 24 unidades		250		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

31	FIO DE SUTURA NYLON Nº 04, AGULHA EM AÇO-INOX SILICONIZADA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE 1,7CM. FIO SINTETIZADO COM MATERIAL NATURAL, FILAMENTO DE NYLON NATURAL E TRANÇADA. ESTERILIZADO EM RAIO GAMA. ATÓXICO, NÃO PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, SENDO QUE A EMBALAGEM PRIMÁRIA TRATA-SE DE ENVELOPE METALIZADO INTERNAMENTE, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO FIO.	Caixa com 24 unidades		200		R\$ -
32	FORMOCRESOL COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA. FRASCO COM 10 ML.	Unidade		30		R\$ -
33	GLUCONATO DE CLORHEXIDINA 0,12% SEM ÁLCOOL 1 LITRO	Unidade		180		R\$ -
34	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PRÓ-ANÁLISE (PA), PÓ, DE USO ODONTOLÓGICO. FRASCO COM 10G	Unidade		180		R\$ -
35	IRM - CIMENTO RESTAURADOR TEMPORÁRIO. APRESENTAÇÃO PÓ + LÍQUIDO. ALTA ESTABILIDADE DIMENSIONAL. BAIXA SOLUBILIDADE. KIT COM UM FRASCO COM PÓ (38G) E LÍQUIDO (15ML).	kit		120		R\$ -
36	KIT COM POSICIONADORES PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA. AUTOCLAVÁVEL. TAMANHO ADULTO	Kit		10		R\$ -
37	KIT COM POSICIONADORES PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA. AUTOCLAVÁVEL. TAMANHO INFANTIL	Kit		10		R\$ -
38	LAMINA DE BISTURI DE AÇO INOXIDAVEL NUMERO 15	Caixa com 100 unidades		50		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

39	MICROBRUSH DESCARTÁVEL DE TAMANHO EXTRAFINO. CABO FLEXÍVEL. CERDAS NÃO ABSORVENTES.	Embalagem com 100 unidades		200		R\$ -
40	NECESSÁRIE EM PLÁSTICO, COM DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO PARA ECOVA, CREME DENTAL E FIO DENTAL. TAMANHO MÍNIMO 15CMX10 CM.	Unidade		100		R\$ -
41	PONTA MONTADA DIAMANTADA 1012 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
42	PONTA MONTADA DIAMANTADA 1014 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
43	PONTA MONTADA DIAMANTADA 1016 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
44	PONTA MONTADA DIAMANTADA 3168FF COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
45	PONTA MONTADA DIAMANTADA 3118F COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
46	PONTA MONTADA DIAMANTADA 2200 COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA ALTA ROTAÇÃO	Unidade		170		R\$ -
47	PONTA PEDRA DE ARKANSAS PARA ACABAMENTO ULTRA FINO DE COMPÓSITOS. NÃO CORTA ESMALTE. AUTOCLAVÁVEL	Unidade		170		R\$ -
48	PAPEL CARBONO, PARA ARTICULAÇÃO, ESPESSURA 100 MICRA, DUPLA FACE (AZUL E VERMELHO), COM 12 UNIDADES (FOLHAS)	Embalagem com 12 tiras		200		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

49	PASTA PROFILÁTICA PARA UTILIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA, REMOÇÃO DE DETRITOS, MANCHAS, PLACAS BACTERIANAS E POLIMENTO, COMO PARTE DO TRATAMENTO PROFISSIONAL DE PROFILAXIA DE CÁRIES E DOENÇAS PERIODONTAIS. COM FLÚOR. LIVRE DE ÓLEO. UMA BISNAGA COM 90 G.	Unidade		200		R\$ -
50	PELÍCULAS DE FILME RADIOGRÁFICO TAMANHO INFANTIL. PACOTE COM 100 PELÍCULAS. TAMANHO INFANTIL.	Pacote		100		R\$ -
51	PELÍCULAS DE FILME RADIOGRÁFICO TAMANHO ADULTOS. PACOTE COM 150 PELÍCULAS. TAMANHO ADULTO	Pacote		100		R\$ -
52	POTE DAPPEN	Unidade		80		R\$ -
53	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA. COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO DA MARCA ALT EQ. PARA REMOÇÃO DE TÁRTARO SUPRA GENGIVAL. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		30		R\$ -
54	PARAMONOCLOROFENOL. EMBALAGEM COM 20 ML.	Unidade		30		R\$ -
55	PLACA DE VIDRO LISA. RETANGULAR. TAMANHO 10CMX6MM	Unidade		130		R\$ -
56	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A2.	Unidade		200		R\$ -
57	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A3.	Unidade		200		R\$ -
58	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A3,5.	Unidade		200		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

59	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR D2.	Unidade		200		R\$ -
60	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR D3.	Unidade		200		R\$ -
61	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR A1.	Unidade		200		R\$ -
62	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR B2.	Unidade		200		R\$ -
63	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA SERINGA COM 5G ESMALTE E DENTINA COR B1.	Unidade		200		R\$ -
64	REVELADOR DE FILME. COMPOSTO POR SULFITO DE SÓDIO. PRONTO USO. VALIDADE: 1 ANO. FRASCO COM 500 ML	Unidade		150		R\$ -
65	SOBRE LUVAS, MATERIAL POLIETILENO. COR: TRANSPARENTE. VALIDADE: 05 ANOS APÓS DATA DE FABRICAÇÃO	Caixa com 100 unidades		150		R\$ -
66	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA TÓPICA A BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO. SEM EPINEFRINA. FRASCO COM 10 ML	Unidade		130		R\$ -
67	SUPORTE PARA COLETOR DE CARTÃO. PARA PAREDE. INCLUSO BUCHAS E PARAFUSOS. TAMANHO PARA 13 LITROS.	Unidade		25		R\$ -
68	SUPORTE PARA COLETOR DE CARTÃO. PARA PAREDE. INCLUSO BUCHAS E PARAFUSOS. TAMANHO PARA 20 LITROS.	Unidade		25		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

69	SUGADOR DESCARTÁVEL DE SALIVA. TUBO CONFECCIONADO EM PVC, TRANSPARENTE E ATÓXICO COM ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA PELO PROFISSIONAL. PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO E ATÓXICO, VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE EM TUTTI-FRUTTI, COLORIDO ROSA VERDE, TRANSPARENTE E AZUL	Pacote com 40 unidades		800		R\$ -
70	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL ESTÉRIL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E ATÓXICO. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES E 40 PONTEIRAS	Caixa com 20 unidades		150		R\$ -
71	VERNIZ DE USO ODONTOLÓGICO QUE PROTEGE A POLPA DENTÁRIA NAS RESTAURAÇÕES A AMÁLGAMA E A CIMENTO, ISOLANDO-A TÉRMICA E QUIMICAMENTE. EMBALAGEM COM 15 ML.	Unidade		80		R\$ -
72	VASELINA SÓLIDA.VALIDADE 36 MESES. POTE COM 90 G	Unidade		100		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ -

LOTE 02 - ANESTÉSICOS						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QTD	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	ANESTÉSICO (LIDOSTESIM) LOCAL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% E VASOCONSTRITOR EPINEFRINA, SOLUÇÃO ESTÉRIL PARA INJEÇÃO, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 1,8ML CADA TUBETE.	Caixa com 50 unidades		220		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

2	ANESTÉSICO INJETÁVEL, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRITOR, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 1,8ML CADA TUBETE.	Caixa com 50 unidades		120		R\$ -
3	ANESTÉSICO TÓPICO GEL, BENZOCAÍNA 20%, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 12G, SABOR TUTTI FRUTTI.	Unidade		150		R\$ -
4	ANESTÉSICO COM VASOCONSTRITOR, EMBALAGEM COM 50 TUBETES DE VIDRO COM 1,8ML CADA. ARTICAÍNA COM EPINEFRINA. SOLUÇÃO ESTÉRIL PARA INJEÇÃO, USO ADULTO E PEDIÁTRICO, 1,8ML CADA TUBETE.	Caixa com 50 unidades		100		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ -

LOTE 03 - EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QTD	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, DE LUZ LED, ALTA INTENSIDADE, POTÊNCIA DE 1500MW/CM2. MODOS DE OPERAÇÃO DE TIMER DIGITAL COMPRIMENTO DE ONDA DA LUZ 440NM À 480NM LEVE, SEM RUÍDO DE VENTILAÇÃO, USO EFICIENTE DE ENERGIA, MODO RAMP, RADIÔMETRO, PONTEIRA DE FIBRA ÓTICA AUTOCLAVÁVEL. SEM FIO	Unidade		5		R\$ -
2	AUTOCLAVE 21 LITROS. CÂMARA EM INOX. DIGITAL. 21 SISTEMAS DE SEGURANÇA ENTRE OS QUAIS CHAVE E TRAVA DA PORTA, SISTEMA ELETRÔNICO DE CRUZAMENTO DE DADOS E SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA.	Unidade		5		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

3	ALAVANCA SELDIN N°1 R AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
4	ALAVANCA SELDIN N°1 L AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
5	ALAVANCA N° 2 INFANTIL. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
6	ALAVANCA APICAL RETA. N° 301. ADULTO. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		80		R\$ -
7	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO. DUPLO. ANGULADO. AÇO INOX	Unidade		130		R\$ -
8	ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA TORNEIRA. 220V.	Unidade		8		R\$ -
9	BANDEJA CLÍNICA AUTOCLAVÁVEL. 22 CM DE COMPRIMENTO, 9 CM DE LARGURA E 1,5 ALTURA.	Unidade		220		R\$ -
10	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO DE FILMES RADIOGRÁFICOS ODONTOLÓGICOS. BASE REMOVÍVEL. RECIPIENTES INCLUSOS PARA LÍQUIDOS. VISOR ACRÍLICO DESTACÁVEL, COM ÓTIMA TRANSPARÊNCIA E FILTRAGEM DE LUZ	Unidade		5		R\$ -
11	CURETA PERIODONTAL MC CALL 17-18, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
12	CURETA PERIODONTAL MC CALL 13-14, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
13	CURETA PERIODONTAL MC CALL 05-06, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
14	CURETA PERIODONTAL MC CALL 07-08, AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
15	CONTRA-ÂNGULO COM SISTEMA SACA BROCAS. USO COM MICROMOTOR PNEUMÁTICO. GIRO LIVRE DE 360°. BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO.	Unidade		5		R\$ -
16	COLETE DE CHUMBO PROTETOR PARA TÓRAX E TIREÓIDE. TAMANHO ADULTO.	Unidade		5		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

17	CABO PARA ESPELHO CLÍNICO, EM ALUMÍNIO 13 CM.	Unidade		220		R\$ -
18	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO PARA 1 CONSULTÓRIO SEM BOMBA DE VÁCUO (ATÉ 2 SUGADORES SIMULTÂNEOS) OU 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA DE VÁCUO (ATÉ 2 SUGADORES SIMULTÂNEOS CADA). TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. NÃO NECESSITA LUBRIFICAÇÃO. COM TRATAMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIOXIDANTE (PINTURA ELETROSTÁTICA). POSSUI ABERTURAS LATERAIS, PARA FUTURAS INSPEÇÕES. MODELO DE ALTO TORQUE, COM GRANDE RENDIMENTO. POSSUI COMPONENTES INTERNOS CONFECCIONADOS EM CERÂMICA PROPORCIONANDO REDUZIDO ATRITO INTERNO. PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA. VÁLVULA DE SEGURANÇA. DISPOSITIVO DE ALÍVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO. CAPACIDADE DE 43 LITROS. NÍVEL DE RUÍDO 58DB. DIMENSÕES: 33CM X 65,6CM X 57,8CM (L X A X C). PESO LÍQUIDO: 39,5 KG. CONSUMO DE ENERGIA: 1,45 KW/HORA. FREQUÊNCIA DO MOTOR: 60 HZ	Unidade		5		R\$ -
19	DESLOCADOR DE PERIÓSTEO, QUE POSSA SER ESTERILIZADO, TIPO MOLT 2-4. AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		80		R\$ -
20	DESTILADOR DE ÁGUA QUE NÃO NECESSITA DE NENHUM TIPO DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. RESERVATÓRIO EM AÇO INOX COM CAPACIDADE DE 4L. ABASTECIMENTO MANUAL. POTÊNCIA 750W (1LITRO/HORA). 220 V	Unidade		2		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

21	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO	Unidade		180		R\$ -
22	ESCOVÓDROMO PORTÁTIL. 2 PIAS PEQUENA. COM RESERVATÓRIO PARA ÁGUA A SER DIPENSADA EM TORNEIRA. TORNEIRA. ESPELHO. RESERVATÓRIO PARA ÁGUA USADA QUE SAÍRA PELA PIA.	Unidade		3		R\$ -
23	ESPELHO TOUCADOR COM CABO. FORMATO BOCA OU DENTE.	Unidade		80		R\$ -
24	ESPELHO BUCAL CLÍNICO PLANO, NÚMERO 5, AÇO INOX.	Unidade		220		R\$ -
25	ESPÁTULA PARA INSERÇÃO DE RESINA N°1. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		220		R\$ -
26	EXPLORADOR CLÍNICO N°47. AÇO INOXIDÁVEL. DUPLA EXTREMIDADE	Unidade		220		R\$ -
27	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°1, INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES	Unidade		90		R\$ -
28	FÓRCEPS, INFANTIL, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°1, INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES.	Unidade		90		R\$ -
29	FÓRCEPS ADULTO INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°17, INDICADO PARA MOLARES.	Unidade		90		R\$ -
30	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°16, INDICADO PARA MOLARES INFERIORES.	Unidade		90		R\$ -
31	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°69, INDICADO	Unidade		90		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

	PARA MOLARES RESTOS RADICULARES.					
32	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°151 ADULTO, INDICADO PARA INCISIVOS E CANINOS INFERIORES	Unidade		90		R\$ -
33	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°18 L, INDICADO PARA MOLARES SUPERIORES DO LADO ESQUERDO E SUAS RAÍZES.	Unidade		90		R\$ -
34	FÓRCEPS, ADULTO, INDICADO EM PROCEDIMENTO DE CIRURGIA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL. N°18 R, INDICADO PARA MOLARES SUPERIORES DO LADO DIREITO E SUAS RAÍZES.	Unidade		90		R\$ -
35	LIMA PARA OSSO. EM AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		120		R\$ -
36	MACROMODELO COM ARCADEA SUPERIOR E INFERIOR. PARA DEMONSTRAÇÕES DE ESCOVAÇÃO.	Unidade		8		R\$ -
37	MACROMODELO ESCOVA. CABO FEITO EM POLIPROPILENO E CERDAS EM NYLON. COMPRIMENTO: 35CM;	Unidade		8		R\$ -
38	MICRO MOTOR ENCAIXE BORDEN 2 FUROS.SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL; ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. ACOPLAMENTO BORDEN.	Unidade		5		R\$ -



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
 Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
 Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

39	NEGATOSCÓPIO QUE PERMITE TRÊS POSIÇÕES DE TRABALHO (PAREDE, MESA OU INCLINADO). COM ALTA LUMINOSIDADE SEM ÁREA DE SOMBRA. COM REATOR ELETRÔNICO O QUE PROPORCIONA MAIOR DURABILIDADE, ECONOMIA DE ENERGIA E ACENDIMENTO INSTANTÂNEO DAS LÂMPADAS, ALÉM DE NÃO GERAR RUÍDOS NEM AQUECIMENTO. 26,0 X 34,5 X 0,7 CM) CM. 220 V.	Unidade		5		R\$ -
40	PEÇA RETA PARA SER USADA COM MICRO MOTOR DE ENCAIXE BORDEN. SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. SISTEMA DE ENCAIXE DA PEÇA RETA UNIVERSAL. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE.	Unidade		5		R\$ -
41	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO. AÇO INOXIDÁVEL	Unidade		220		R\$ -
42	PORTA-AGULHA TIPO MAYO - HEGAR, METÁLICO, QUE POSSA SER ESTERILIZADO, TAMANHO 14 CM	Unidade		90		R\$ -
43	PEDRA PARA AFIAR CURETAS PERIODONTAIS. COR BRANCA. AUTOCLAVÁVEL.	Unidade		20		R\$ -
44	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		120		R\$ -
45	SONDA MILIMETRADA. EXTREMIDADE DUPLA. AÇO INOX.	Unidade		120		R\$ -
46	SERINGA CARPULE COM REFLUXO. AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade		150		R\$ -
47	TESOURA ÍRIS, METÁLICA, CURVA, PONTA FINA, UTILIZADA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL, COM 11,5CM	Unidade		90		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 03						R\$ -

LOTE 04 - INSUMOS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QTD	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	ALGINATO PARA MOLDAGEM ODONTOLÓGICA- 410GRAMAS	PACOTE		70		R\$ -
2	CUBA DE BORRACHA, TAMANHO MÉDIO, PARA MANIPULAÇÃO DE ALGINATO	UNIDADE		70		R\$ -
3	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA GESSO E ALGINATO	UNIDADE		70		R\$ -
4	GESSO PEDRA TIPO III- 1 KG	PACOTE		100		R\$ -
5	KIT DE MOLDEIRA TOTAL PERFURADA- ADULTO, EM ALUMÍNIO DENTADO	KIT		30		R\$ -
6	KIT DE MOLDEIRA TOTAL LISA- ADULTO, EM INOX DESDENTADO	KIT		30		R\$ -
VALOR TOTAL DO LOTE 04						R\$ -
VALOR TOTAL DOS LOTES						R\$ -

Informar valor total por extenso em R\$ 0,00 (*****).

....., ... de de (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÕES - INDICAR NA PROPOSTA OS SEGUINTE ITENS:

- Razão social da Proponente
- Endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF).
- Telefone e endereço eletrônico (e-mail).
- Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.
- Validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
- Prazo de entrega



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUAÇU
Pça. Gilberto Gil, s/n – CNPJ 14.106.280/0001-21
Cep: 46640-000 Telefax: (77) 3415-2418 e-mail – pmituacu@hotmail.com

ANEXO X - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade n.º, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º, residente à rua, n.º como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Ituaçu, ____ de _____ de 2025.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA